

INTERSECÇÃO ENTRE OS CAMPOS DO SABER: TOPONÍMIA, GEOGRAFIA E GEOGRAFIA LINGUÍSTICA

INTERSECTION BETWEEN THE FIELDS OF KNOWLEDGE:
TOPONYMY, GEOGRAPHY AND LANGUAGE GEOGRAPHY

INTERSECCIÓN ENTRE LOS CAMPOS DE CONOCIMIENTO:
TOPONIMIA CON LA GEOGRAFÍA Y LA GEOGRAFÍA LINGÜÍSTICA

*Anna Carolina Chierotti dos Santos ANANIAS**
*Márcia ZAMARIANO***

Resumo: O método empregado na Toponímia é o da investigação do pormenor tópiconominal recolhido no registro de cartas geográficas (base documental) ou como variação, no exame do espaço ou do objeto, pelo próprio pesquisador (trabalho de campo). Em geral, a Toponímia é pensada de modo específico sobre sua natureza interdisciplinar, uma vez que essa disciplina se completa com a busca de informações nos campos temáticos de outras disciplinas. Este trabalho tem por objetivos discutir a questão dos princípios teóricos da Toponímia, da Geografia – ciência que tem como objeto principal de estudo o espaço geográfico que corresponde ao campo das realizações humanas, e da Geografia Linguística – que apresenta, em atlas linguísticos, o levantamento cartográfico das características dialetais, tiradas da língua oral.

Palavras-chave: Toponímia; Geografia; Geografia Linguística.

Abstract: The method employed in Toponymy is the detail investigation topic-nominal collapsed in the record of maps (documentary base) or as a variation, in the examination of space or object, by the researcher (field work). In general, the Toponymy is thought specifically about their interdisciplinary nature, since this discipline is completed with the search for information in thematic fields of other disciplines. This work aims to discuss the issue of the theoretical principles of Toponymy, the Geography – science has as its main object of study the geographical space that corresponds to the field of human achievements, and Linguistic Geography – which presents, in linguistic atlas, cartographic survey of the dialect features, taken from the oral language.

* Doutoranda pelo programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Londrina (UEL) - Londrina – Paraná - Brasil. Contato: annachierotti@yahoo.com.br.

** Graduada pelo curso de Letras Vernáculas e Clássicas da Universidade Estadual de Londrina (2008), Especializada em Língua Portuguesa, Mestre em Estudos de Linguagens (UEL) - Londrina – Paraná - Brasil. Contato: m_zamariano@hotmail.com.

Keywords: Toponymy; Geography; Linguistic Geography.

Resumen: El método utilizado en Toponimia es la investigación del detalle del temainominal recogido en el registro de mapas geográficos (base de pruebas) o como variación, en el examen del espacio u objeto, por parte del investigador (trabajo de campo). En general, la Toponimia está diseñada de una manera específica en su naturaleza interdisciplinaria, ya que esta disciplina se completa con la búsqueda de información en los campos temáticos de otras disciplinas. Este artículo tiene como objetivo discutir la cuestión de los principios teóricos de la Toponimia, de la Geografía – ciencia que tiene como principal objeto de estudio el espacio geográfico que corresponde a la esfera de la realización humana; y la Geografía Lingüística – que presenta en los atlas lingüísticos, el mapeo de las características dialectales tomados de la lengua oral.

Palabras clave: Toponimia; Geografía; Geografía Lingüística.

Introdução

Os membros de qualquer comunidade nomeiam tudo, principalmente aquilo que de alguma maneira apresenta algum tipo de interesse para eles. O “batismo de lugares” é, pois, profundamente influenciado pela cultura do povo, da sociedade, por meio de eventos ocorridos em tempos passados.

O topônimo é sempre um depósito da memória coletiva; não é algo estranho ou alheio ao contexto histórico-político da comunidade, pois guarda estreita ligação com o solo, com o clima, com a vegetação abundante ou escassa e com as próprias feições culturais de uma região em suas diversas manifestações de vida. Ele testemunha o passado no presente, razão pela qual permite recuperar sucessivas vivências humanas, sobretudo dos lugares onde povos de culturas e línguas diferentes se sobrepuseram. Logo, a memória toponímica faz perpetuar no tempo e no espaço o que uma comunidade viveu e as experiências que realizou.

Com relação à nomeação dos acidentes geográficos, Aguilera (1999, p. 125) atesta que “não é feita aleatoriamente pelo homem, mas o faz movido por alguma impressão sensorial e/ou sentimental que o acometa no momento da denominação”. Nesse sentido, o mecanismo da nomeação transparece em topônimos das mais diversas origens e procedências.

A investigação do léxico toponímico constitui o objeto de estudo da Toponímia, área de investigação que concebe o topônimo como uma expressão linguístico-social que reflete aspectos culturais de um núcleo humano existente ou preexistente. A Toponímia, que tem por objeto de estudo o exame da origem e do significado dos nomes dos lugares (topônimos), é um dos ramos da Onomástica ou Onomatologia – ciência dos nomes próprios – juntamente com a Antroponímia, que se ocupa do estudo dos nomes próprios de pessoas.

1 Geografia: fundamentos da Cartografia

A Geografia é uma ciência que tem como objeto principal de estudo o espaço geográfico que corresponde ao campo das realizações humanas. O estudo da Geografia no século XIX focalizava somente os elementos naturais; no século XX, pesquisas unindo aspectos físicos com sociais foram estabelecidas, focando também a ação antrópica sobre o espaço natural. Nessa fase, teve início também o estudo sistemático das sociedades, tais como a forma de organização econômica e social, a distribuição da população no mundo e nos países, as culturas, os problemas ambientais decorrentes da produção humana, além dos recursos dispostos na natureza que são úteis para as atividades produtivas (indústria e agropecuária) (DE MARTONNE, 1953, p. 02).

Segundo o autor, um estudo geográfico conduz ao levantamento de dados sobre os elementos naturais que atingem diretamente a vida humana como clima, relevo, vegetação, hidrografia, dentre outros. O caráter científico da Geografia provém de sua origem alemã, por meio dos trabalhos pioneiros do naturalista e viajante Alexander von Humboldt, e do filósofo e historiador Karl Ritter. A Geografia, como ciência da Terra, é um dos mais antigos ramos do saber humano.

1.1 Cartografia: origem e definições

O desenvolvimento da Cartografia acompanhou o progresso e a evolução da civilização. O desenvolvimento enquanto ciência foi incrementado com as guerras, pelas descobertas científicas, pelo desenvolvimento das artes e ciências, pelos movimentos históricos que

possibilitaram e exigiram, cada vez, maior precisão na representação gráfica da superfície da Terra.

Os primeiros fundamentos da ciência cartográfica foram lançados na Grécia Antiga, quando Hiparco utilizou métodos astronômicos para determinar as posições na superfície da terra e deu a primeira solução para o desenvolvimento da superfície da terra sobre um plano. O mapa mais antigo do mundo que se tem notícia é uma pequena placa de barro e data de 2500 a.C. (PONTES, 2002, p. 05).

Desde então, a Cartografia vem atingindo níveis mais precisos na confecção de mapas e cartas, contando com o aprimoramento da astronomia e outros métodos matemáticos, e mais recentemente o emprego da Aerofotogrametria e a introdução da eletrônica nos levantamentos (PONTES, 2002, p. 05).

O objetivo da Cartografia consiste em reunir e analisar dados e medidas das diversas regiões e representar graficamente em escala reduzida os elementos de configuração que possam ser claramente visíveis. (RAISZ, 1969, *apud* PONTES, 2002, p.05).

O vocábulo *Cartografia*, etimologicamente descrição de cartas, foi introduzido em 1839, pelo segundo Visconde de Santarém - Manoel Francisco de Barros e Souza de Mesquita de Macedo Leitão. A concepção inicial voltava-se para a ideia do traçado de mapas. Em seguida, passou a designar a ciência, a técnica e a arte de representar a superfície terrestre (IBGE, 1998, p. 09). Para Pontes (2002), Cartografia é um conjunto de operações científicas, artísticas e técnicas produzidas a partir de resultados de observações diretas ou de explorações de documentação, tendo em vista a elaboração de cartas, plantas e outros tipos de apresentação e também a sua utilização. Para Zimback (2003, p. 04), a Cartografia é um método científico que se destina a representar fatos e fenômenos observados na superfície da terra através de simbologia própria.

O conceito da Cartografia, aceito contemporaneamente sem maiores contestações, foi estabelecido em 1966, pela Associação Cartográfica Internacional (ACI) e, posteriormente, ratificado pela UNESCO, no mesmo ano. Assim, a Cartografia compreende desde os levantamentos e observações diretas no campo, análise de documentação, técnicas de representação, linguagem visual, até a impressão e publicação definitiva de todas as etapas para a elaboração de um mapa.

1.1.1 Cartografia no Brasil

A Cartografia, no Brasil, teve seu desenvolvimento a partir da Segunda Guerra Mundial, em função de interesses militares. Instituições como Instituto Cartográfico da Aeronáutica (ICA), Diretoria do Serviço Geográfico do Exército (DSG) e Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) foram os principais responsáveis pela execução da Cartografia Sistemática do País.

Ao IBGE coube a formulação e a execução do conjunto de ações para uma política territorial, cujo objetivo estava centrado na revisão da administração territorial a partir de procedimentos técnicos e científicos. Também teve a sua atuação voltada para o levantamento e sistematização das informações do quadro territorial, de modo a atender a administração pública em todas as suas dimensões.

O Plano Cartográfico Nacional é composto pelos Planos Cartográficos Terrestre Básico, Náutico e Aeronáutico. O Plano Cartográfico Terrestre Básico contém o Geodésico e abrange as escalas vinculadas a abordagem sistemática do território nacional.

1.1.2 Mapas e Cartas

Os termos “Mapas” e “Cartas” não apresentam uma diferença rígida em termos de significado, podendo-se usar, grosso modo, tanto uma quanto outra nomenclatura. Segundo Perota (1991, p. 77),

pode-se chamar de mapa a carta geográfica em escala pequena, cobrindo um território mais ou menos extenso, representando a superfície da terra nos seus aspectos físicos e culturais e que se destina a fins **culturais** ou **ilustrativos**, não tendo, portanto caráter científico. A ‘carta’ é a representação dos aspectos naturais ou artificiais da terra, similar ao ‘mapa’, mas de caráter especializado, constituída com uma finalidade específica, e geralmente em escala grande (grifos do autor).

Para Oliveira (2004, p. 02), um mapa é uma forma de comunicação, que conjuga as propriedades da linguagem visual, expressa na imagem formada pelo arranjo de tonalidades, cores,

formas e texturas, com a linguagem verbal (escrita), presente no título, na legenda, na toponímia (os nomes dos lugares ou objetos) e em outras partes do mapa.

Ainda segundo esse autor, a construção de um mapa base (com as delimitações e localizações precisas), a partir do levantamento de campo ou interpretação de imagens (fotografias aéreas ou imagens orbitais), é tarefa para especialistas, já que depende de conhecimentos técnicos sobre os instrumentos necessários (OLIVEIRA, 2004, p. 02).

Archela (2008, p. 02), esclarece que o termo mapa é utilizado no Brasil de forma genérica, para identificar vários tipos de representação cartográfica. Mesmo que, em alguns casos, a representação não passe de uma lista de palavras e números, ou de um gráfico que mostre como ocorre determinado fenômeno, essa representação recebe o nome de mapa.

De acordo com o IBGE (1998, p. 19), um mapa apresenta as seguintes características: a) representação plana; b) geralmente em escala pequena; c) área delimitada por acidentes naturais (bacias, planaltos, chapadas, etc.), político-administrativos e, d) destinação a fins temáticos, culturais ou ilustrativos. Já carta, define-se pelas seguintes características: a) representação plana; b) escala média ou grande; c) desdobramento em folhas articuladas de maneira sistemática e, d) limites das folhas constituídos por linhas convencionais, destinada à avaliação precisa de direções, distâncias e localização de pontos, áreas e detalhes (IBGE, 1998, p. 19).

1.1.2.1 Classificação de cartas e mapas¹

De acordo com o IBGE (1998, p. 44-47), a classificação de cartas e mapas pode ser: **a) Geral:** documentos cartográficos elaborados sem um fim específico, visando fornecer ao usuário uma base cartográfica com possibilidades de aplicações generalizadas, de acordo com a precisão geométrica e tolerâncias permitidas pela escala. Podem ser classificadas em três categorias: i) **cadastral:** carta com representação em escala grande; ii) **topográfica:** carta elaborada a partir de levantamentos aerofotogramétrico e geodésico original ou

¹ As informações apresentadas na próxima seção foram obtidas na apostila elaborada pelo IBGE, órgão responsável pela divulgação das normas utilizadas nos processos cartográficos (IBGE, 1998, p.44- 47).

compilada de outras cartas topográficas em escalas maiores; iii) **geográfica**: carta em que os detalhes planimétricos e altimétricos são generalizados. **b) Temática**: cartas, mapas ou plantas produzidos em qualquer escala, destinados a um tema específico, necessários às pesquisas socioeconômicas, de recursos naturais e estudos ambientais. A representação temática, distintamente da geral, exprime conhecimentos particulares para uso geral. **c) Especial**: cartas, mapas ou plantas para grandes grupos de usuários muito distintos entre si, e cada um deles, concebido para atender a uma determinada faixa técnica ou científica (cartas náuticas, aeronáuticas, astronômico, meteorológico).

1.1.3 Elementos de representação²

Configurando-se uma carta ou um mapa como a representação, numa simples folha de papel, da superfície terrestre, em dimensões reduzidas, é preciso associar os elementos representáveis a símbolos e convenções. As convenções cartográficas abrangem símbolos que, atendendo às exigências da técnica, do desenho e da reprodução fotográfica, representam, de modo mais expressivo, os diversos acidentes do terreno e objetos topográficos em geral.

Outro aspecto importante é que o símbolo configura-se como elemento indispensável em qualquer tipo de representação cartográfica, razão pela qual a sua variedade ou a sua quantidade deva sempre ser definida em função da escala do mapa. Quando a escala da carta permitir, os acidentes topográficos são representados de acordo com a grandeza real e as particularidades de suas naturezas. O símbolo é, ordinariamente, a representação mínima desses acidentes.

A posição de uma legenda deve ser escolhida de modo a não causar dúvidas quanto ao objeto a que se refere. Tratando-se de localidades, regiões, construções, obras públicas e objetos congêneres, bem como acidentes orográficos isolados, o nome deve ser lançado, sem cobrir outros detalhes importantes. Já a escala é a relação entre as dimensões dos elementos representados em um mapa e aquelas medidas diretamente sobre a superfície. Deve estar presente em qualquer mapa e, em geral, também é apresentada na forma de escala

² Dados obtidos em: IBGE (1998, p.67).

gráfica. Na cartografia, os mapas têm características específicas que os classificam e representam elementos selecionados de determinado espaço geográfico, de forma reduzida, utilizando simbologia e projeção cartográfica.

2 A Geografia Linguística: interfaces com a Geografia

No século XIX, as investigações no campo da linguagem eram dominadas por ideias positivistas, que se desenvolviam segundo métodos histórico-comparativos, época em que se formaliza o estudo sistemático das variações - sobretudo as de natureza geográfica. Surge o interesse pelos dialetos, considerados, então, como fontes de conhecimento do modo como se teriam operado as transformações em fases anteriores das línguas. A Geografia Linguística é uma consequência do interesse pelos estudos dialetais levados a cabo de início por vários estudiosos europeus, entre os quais se destaca o italiano G. I. Ascoli. Contudo, a Geografia Linguística popularizou-se realmente na França, a partir do atlas produzido pelo linguista Jules Gilliéron, publicado, entre 1902 e 1910: Atlas Linguístico da França (ALF).

O ALF é considerado o marco pioneiro na história da Geografia Linguística. É a partir dessa obra que, segundo Coseriu (1982, p. 79-116) surge um método dialetológico e comparativo que pressupõe o registro em mapas especiais de um número relativamente elevado de formas linguísticas (fônicas, lexicais ou gramaticais), recolhidas mediante pesquisa direta e unitária numa rede de pontos distribuída em determinado território. O padrão para a realização de um atlas linguístico, ao se relacionar com a Geografia não só pelo emprego comum do instrumento cartográfico, mas também porque dividem um aspecto essencial das relações entre vida social e cultural do homem em seu ambiente, fez surgir a nova disciplina.

A Geografia Linguística (disciplina utilizada pela Dialetologia) e a Dialetologia têm como objeto comum de estudo os dialetos e a diferença entre elas está no modo de representar o resultado do estudo; por meio da Geografia Linguística são apresentados, em atlas linguísticos, o levantamento cartográfico das características dialetais, tirados da língua oral. Já a Dialetologia divulga o produto da pesquisa em forma de análise aprofundada das variantes registradas (fonéticas,

morfológicas, sintáticas, lexicais etc.), incluindo, não raras vezes, a apresentação de glossários das variantes lexicais estudadas. Os dois ramos de estudo não se excluem, mas sim se completam.

O Brasil a Geografia Linguística concretiza-se com a produção de Atlas Linguísticos em diferentes Estados brasileiros: APFB – Atlas Prévio dos Falares Baiano; EALMG – Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais; ALPB – Atlas Linguístico da Paraíba ; ALS I – Atlas Linguístico de Sergipe ; ALPR – Atlas Linguístico do Paraná ; ALS II – Atlas Linguístico de Sergipe II ; ALERS – Atlas Linguístico e Etnográfico da Região Sul; ALISPA – Atlas Linguístico sonoro do Pará; ALMS – Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul ; ALECE – Atlas Linguístico do Estado do Ceará; ALiMA – Atlas Linguístico do Maranhão; ALiMAT – Atlas Linguístico de Mato Grosso; ALESP – Atlas Linguístico de São Paulo; ALiRN – Atlas Linguístico do Rio Grande do Norte; ALIPA – Atlas Geo-sociolinguístico do Pará; ALAC – Atlas Linguístico do Acre; ALES – Atlas Linguístico do Espírito Santo; ALiRO – Atlas Linguístico de Rondônia³.

3 A Toponímia: interfaces com a Geografia Linguística e a Geografia

A elaboração de um atlas toponímico não difere, em princípio, da sistemática metodológica que conforma os atlas linguísticos. As diferenças entre eles situam-se nos seus objetivos e na natureza dos dados pesquisados, pois, enquanto os atlas toponímicos analisam os nomes de lugares de determinada localidade, registrados em folhas ou mapas topográficos oficiais da região em estudo, os atlas linguísticos voltam-se para dados da língua oral, recolhidos numa área geográfica previamente definida. Em se tratando da abordagem cartográfica, a Toponímia, utilizando o método da Geografia Linguística, busca conhecer as áreas de extensão ou os pontos principais de dispersão dos fatos toponímicos numa área geográfica, identificando, inclusive, resíduos lexicais, presentes nos nomes, principalmente aqueles resultantes de modelos extintos como ocorre com os grupos indígenas brasileiros já desaparecidos (exemplos do Tupi: *paranapiacaba* >

³ Dados obtidos por meio de consulta ao *site* do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB): <<http://www.alib.ufba.br/atlasnacionais.asp>>. Acesso em: 15 fev. 2010.

paraná-epiak-(h)aba = o lugar de onde se vê o mar; *ybytyra-una* > *ybyturuna* = a serra negra, considerados por Dick “fósseis linguísticos”) (DICK, 2007a, p. 464).

Os atlas linguísticos e os atlas toponímicos se inserem no campo da Cartografia Temática, visto que suas cartas veiculam dados linguísticos de natureza bastante diversa, espacialmente distribuídos. Em geral, são elaboradas por linguistas com o auxílio de algum cartógrafo e, atualmente, também de profissionais de Informática, familiarizados com a interface entre essas áreas e a Geografia.

A Cartografia Temática é um instrumento de expressão gráfica dos resultados obtidos por pesquisas diversas, não só da Geografia, como também de outros campos do saber. Esse tipo de cartografia, a partir de uma carta geográfica básica, sistemática, representa informações que foram objeto de outro tipo de estudo, no caso, estudos linguísticos. As cartas temáticas podem referir-se a uma enorme variedade de temas, mas raramente servem de base para outras representações. Por vezes são utilizados símbolos gráficos especialmente planejados para facilitar a leitura das informações mapeadas.

É conveniente mencionar que os mapas, interpretados tradicionalmente como uma representação simbólica dos contornos de uma paisagem física ou urbana, permitem também dois planos de interpretação: o verbal, expresso nos nomes dos acidentes e em outras informações linguísticas, e o não-verbal, caracterizado, de preferência, por símbolos convencionais distintos, segundo a natureza do acidente mapeado. Os mapas elaborados pela Cartografia para comunicação de diferentes temas (densidade demográfica, fitogeografia, hidrografia, mapa político), construídos para uso público, consoante Archela (2008, p. 20),

são julgados por sua aparência e utilidade. Por isso, buscar conceitos e conhecimentos cartográficos para sua elaboração é imprescindível, especialmente, quando se deseja revelar algo por meio da visualização. Conhecendo as regras cartográficas, é mais fácil superar os limites técnicos de produção, impostos pelo software escolhido. Isto é, a definição da escala, linhas, pontos, cores e textos, que só serão superados na medida em que o “construtor” de mapas domine o software. Geralmente, para resultados que envolvem mapas impressos, é necessário ainda, utilizar mais de um software e

incluir os de designer gráfico, fato que reforça a necessidade de melhor preparo do profissional pesquisador para a elaboração de mapas úteis.

A elaboração de mapas temáticos abrange as seguintes etapas: coleta de dados, análise, interpretação e representação das informações sobre um mapa base que geralmente é extraído da carta topográfica. Os mapas temáticos são elaborados com a utilização de técnicas que objetivam a melhor visualização e comunicação, distinguindo-se essencialmente dos topográficos, por representarem fenômenos de qualquer natureza, geograficamente distribuídos sobre a superfície terrestre. Os fenômenos podem ser tanto de natureza física como, por exemplo, a média anual de temperatura ou precipitação sobre uma área; de natureza abstrata, humana ou de outras características, como a taxa de desenvolvimento, indicadores sociais, perfil de uma população segundo variáveis tais como sexo, cor e idade, dentre outros (ARCHELA, 2008, p. 03).

Segundo essa autora, cada mapa possui um objetivo específico, de acordo com os propósitos de sua elaboração, por isso, existem diferentes tipos de mapas. O mapa temático (qualitativo ou quantitativo) deve cumprir sua função, ou seja, dizer o quê, onde e como ocorre determinado fenômeno geográfico, utilizando símbolos gráficos (signos) especialmente planejados para facilitar a compreensão de diferenças, semelhanças e possibilitar a visualização de correlações pelo usuário. O fato de os mapas temáticos não possuírem uma herança histórica de convenções fixas, a exemplo dos topográficos, se deve às variações temáticas e aos aspectos da realidade que representam, sendo necessárias adaptações diferenciadas a cada situação (ARCHELA, 2008, p. 03).

Conforme ainda a mesma geógrafa, a informação visual, para ser realmente compreendida, requer uma aprendizagem. Ela não é nem natural, nem espontânea porque possui uma linguagem própria que precisa ser apreendida. A linguagem gráfica como um sistema de signos gráficos é formada pelo significado (conceito) e significante (imagem gráfica). As três relações (similaridade/diversidade, ordem e proporcionalidade) consistem nos significados da representação gráfica e são expressas pelas variáveis visuais (tamanho, valor, textura, cor, orientação e forma), que são significantes (ARCHELA, 1999, p. 06).

Os processos de seleção e simplificação cartográfica exigem, portanto, do profissional que elabora mapas o bom senso quanto à decisão sobre quais informações serão ou não suprimidas numa representação gráfica. Um mapa com muitas informações pode se tornar visualmente poluído, inviabilizando a comunicação cartográfica. A ausência de uma informação importante também comprometerá a qualidade do mapa. Destarte, o conhecimento do profissional quanto aos conceitos da cartografia e do tema a ser representado é fundamental na elaboração da representação cartográfica.

Com relação à contribuição do cartógrafo, Teles e Ribeiro (2006, p. 209) afirmam que se dá

basicamente, em propiciar a representação espacial dos objetos de estudo dos pesquisadores, aos quais compete analisar os problemas, elaborar as sínteses e construir teorias. No entanto, com o desenvolvimento dos modernos procedimentos e com as novas concepções, o papel científico da Cartografia assume uma nova dimensão. O mapa não é apenas uma simples ilustração: é também um meio de armazenar e de tratar uma documentação espacial.

É oportuna a contribuição de Oliveira (2004, p. 02), quanto aos cuidados que devem ser tomados pelo construtor de um mapa, o profissional que possui conhecimentos necessários à compreensão dos processos que envolvem a construção de mapas temáticos, como a importância do título, dos referenciais de orientação e localização, da escala e, especialmente, da legenda.

Considerações finais

Os dados toponímicos tabulados podem ser exibidos tanto em forma de mapas e/ou cartas quanto em forma de gráficos. A diversidade de temas trabalhados num atlas, seja em visão estática, de caráter dinâmico, seja em raciocínio analítico, aproveita todo o espectro de métodos de representação oferecido pela Cartografia temática.

Este estudo comprovou que a interdisciplinaridade da Toponímia com diferentes áreas do saber, permite ao pesquisador comprovar o que é defendido por Dick (1990a, p.35-36): a Toponímia é considerada como “um imenso complexo línguo-cultural, em que os

dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente”. Podemos acrescentar que a elaboração de um atlas toponímico deve ser pensada basicamente para a leitura da cartografia oficial, diferindo, nesse ponto, dos Atlas Linguísticos concebidos como levantamentos das realizações fonológicas de um grupo selecionado e suas decorrências, em pontos escolhidos como adequados. E ainda, a metodologia conhecida e divulgada nos mais variados trabalhos da área, para uma eventual interpretação do sistema toponímico do Brasil, “não difere, assim, em sua base, do estabelecido por Dauzat para a apreensão da nomenclatura geográfica da França”. Podemos afirmar ainda que discorrer sobre a elaboração de um Atlas Toponímico é trazer, simultaneamente, à discussão, uma série de “questões ligadas a princípios teóricos que se encontram definidos em outras sequências de conteúdo, sob outros títulos, mas que se interligam nas tipologias dos topônimos”. O reconhecimento destes é o “objetivo de base da organização de um Atlas” (DICK, 1998, p. 189).

Referências

AGUILERA, Vanderci de Andrade. Taxionomia de Topônimos: problema sem solução? *Signum*, Estudos de Linguagem, Londrina, v. 2., p. 125-138, 1999.

ARCHELA, Rosely Sampaio; THÈRY, Hervé. *Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos*. Confins, 23 jun. 2008. Disponível em: <<http://confins.revues.org/index3483.html>> Acesso em: 24 set. 2009.

_____. Imagem e representação gráfica. *Geografia*, Londrina, v. 8, n. 1, p. 05 -11, jan. / jun. 1999.

DE MARTONNE, Emmanuel. Noções gerais. *Panorama da Geografia*. Geografia Física. Lisboa: Edições Cosmos, 1953. p. 01-22.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990a.

_____. A Terminologia nas ciências onomásticas. Estudo de caso: o Projeto ATESP (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo). In: ISQUERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria (Org.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v. III. Campo Grande-MS: UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007a. p. 459 - 471.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Noções básicas de Cartografia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

OLIVEIRA, Ivanilton José de. A linguagem dos mapas: utilizando a cartografia para comunicar. *UNICIENCIA*, Goiás, p. 01-19, 2004.

PEROTA, Maria Luiza Loures Pacheco Rocha (Org.). *Multimeios: seleção, processamento, armazenagem, empréstimo*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

PONTES, Marco Antonio G. *Cartografia*. Sorocaba: FACENS, 2002.

TELES, Ana Regina Torres Ferreira; RIBEIRO, Silvana Soares Costa. Apresentando a cartografia aos linguistas: o Projeto ALiB. In: CARDOSO, Suzana e MOTA, Jacyra (Org.) *Documentos 2 - Projeto Atlas Linguístico do Brasil*. Salvador: Quarteto Editora, 2006. p. 207 - 226.

ZIMBACK, Célia Regina Lopes. *Cartografia*. Grupo de estudos e pesquisas agrárias Georreferenciadas. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Agrônômicas. Botucatu, junho 2003.

Diccionario de la Lengua Española. 17. ed. Madrid: Real Academia Española, 1947.

Diccionario de la Lengua Española. 20. ed. Madrid: Real Academia Española, 1984.

RECTOR, Mônica; YUNES, Eliana Lucia Madureira. *Manual de Semântica*. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1980.

SCHAFF, Adam. *Introdução a Semântica*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.

TRUJILLO, Ramón. *Introducción a la semántica española*. Madrid: Arco Libros, 1988.

VILELA, Mário. *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

Recebido em: 02/07/2014

Aceito em: 22/10/2014